

A CONDIÇÃO PSICOSSOCIAL DO SUJEITO NA PÓS-MODERNIDADE

Cláudio Jorge Gomes de Moraes

RESUMO

O presente texto tem como objetivo construir uma compreensão sobre as determinações sócio históricas da precarização do sujeito na dita pós-modernidade. O positivismo foi um paradigma que potencializou o método científico na determinação das relações sociais através do desencantamento do sujeito em uma perspectiva alienante, reduzindo, esvaziando, subalternizando sem compreender dialeticamente as implicações particulares e universais típicas do discurso pós-moderno na condição psicossocial do sujeito na vigência da sociabilidade do capital.

PALAVRAS-CHAVE: *PSICOLOGIA SOCIAL, HISTÓRIA, SUJEITO E PÓS-MODERNIDADE.*

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para compreender o advento dessa condição psicossocial do sujeito na pós-modernidade é a situação em que o período contemporâneo institui os novos referenciais e os problematizam diante da realidade do sujeito moderno. Ao mesmo tempo estabelece impressões e leituras diante de uma forma distinta de compreender o mundo dentro da sociabilidade do capital. Segundo Marx, citado por Frigotto, a ciência burguesa, mediada pela ideologia que naturaliza as relações capitalistas, centra-se no entendimento das funções e disfunções internas e ignora o que, historicamente, a produz”. Há um ramo do pensamento social que subverte discursivamente as questões estruturais em apelos reformistas. Assim afirma o inglês Eagleton (1998): “ A palavra pós-modernismo refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo pós-modernidade alude a um período

histórico específico. Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação.

É a partir do século XIX que a nossa análise encontra o terreno propício para a compreensão do fazer da História, naquele momento a consciência histórica rompe com o idealismo e substituiu-o pela ciência e pela história. O positivismo foi o principal referencial que representou não só o século em questão, como, também, a esfera das pesquisas no âmbito da historiografia. Essa corrente obteve essa denominação por ter defendido uma posição reducionista da filosofia, iniciada por Comte e que, segundo Kouptsov, citado por Cardoso (1992, p. 20), apresentava-se da seguinte forma:

Os dados empíricos constituem a base do conhecimento científico; existe uma ponte lógico-formal entre os níveis teórico e empírico do conhecimento; a conformidade das generalizações teóricas com os dados empíricos é a única condição científica para sua adoção: tais são as premissas sobre as quais se apóiam tanto os positivistas em suas tentativas de criar a lógica da descoberta quanto, mais tarde, os neopositivistas em suas tentativas de criar a lógica da adoção das teorias.

O historiador era entendido como um legista que dissecava a História como um cadáver, negando qualquer relação passional com a pesquisa. A neutralidade era o ponto fundamental que todo pesquisador deveria alcançar. Quanto mais isoladamente e distante do objeto o pesquisador ficasse, maior seria o grau de cientificidade atribuído ao estudo. Difícil de compreender uma pesquisa de história que não tenha um envolvimento direto com a vida, quando não é apenas um exercício de vaidade e de opressão.

O Materialismo Histórico e Dialético tem como objeto o ser social, propondo uma perspectiva relacional à produção da materialidade histórica atribuindo um sentido

as lutas de classes no lugar dos acontecimentos, apontando a ontologia como potencial determinante do entendimento da realidade. O marxismo consegue contribuir, de forma dialética, para uma crítica sobre a sociedade do capital, com uma história a contrapelo, ou seja, em uma perspectiva que apresenta a sociedade em um ângulo distinto do até então imaginado. Na esteira desse conhecimento surge uma compreensão do movimento do real através da psicologia social que tem como base o estudo ontológico instituído por um fator determinante do sistema metabólico do capital sobre o trabalhador, ou seja, o processo de alienação. Os trabalhadores alienados não possuem a direção e o sentido do que produzem, ainda, submetidos a uma intensa divisão e especialização do trabalho que provoca uma perversa inversão das necessidades humanas pelas superficiais e incontroláveis do capital.

Em relação a um mundo regido pelo precarizante injusto sistema de classes, Marx irá analisar através do seu texto, Crítica ao Programa de Gotha, que “ O trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura e, como o trabalho produtivo só é possível na sociedade e pela sociedade, o seu produto pertence integralmente, por igual direito, a todos os membros da sociedade”. O discurso sobre o fim do trabalho ganha força com o crescimento do consumo desenfreado, alienado e alienante desprezando quem produz e potencializando quem seduz no rito e ritmo pós-moderno.

Segundo Reis (1996, p. 43):

O marxismo, enquanto ciência da história, tomará como objeto as estruturas econômicas-sociais, invisíveis, abstratas, gerais mas “chão concreto da luta de classes e das iniciativas individuais e coletivas. Para Marx, os indivíduos só podem ser explicados pelas relações sociais que mantêm, isto é, pela organização social a que pertencem e que os constitui como eles são (cf. tese VI sobre Feuerbach). Cada modo social de produção criaria os indivíduos de que necessita. Não haveria um homem universal mas o concretamente produzido pelo conjunto das relações sociais de produção. Para se compreender o processo histórico, o conceito principal deixa de ser o de consciência, que supõe a hipótese do ser espiritual da história, e torna-se o de produção, que supõe a hipótese materialista do ser social, um ser relacional situado em um tempo e um lugar.

No século XX, muito embora não tenhamos vivenciado a morte dessas teorias, o debate no campo historiográfico sofreu profundas modificações com a fundação dos Annales, que trazia um modelo distinto da narrativa positivista. Criando um certo afastamento do mundo do trabalho. Assim comenta o inglês Eagleton:

A palavra pós-modernismo refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo pós-modernidade alude a um período histórico específico. Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação.

Em que momento essa Escola propôs uma mudança na forma de compreender os objetos e os métodos de se fazer história?

Para Peter Burke, a escola dos Annales representou uma revolução na historiografia que, ao mesmo tempo, modificou a forma de pesquisa de uma grande parte dos estudos e entregou ao historiador um instrumento diferente dos que, até à época da fundação dos Annales (1929), era inimaginável. Esse movimento fez não só a França repensar a condição da pesquisa histórica como, também, irradiou, por diversos países, a sua “revolução historiográfica”. Os fundadores da Escola dos Annales foram Marc Bloch e Lucien Febvre, dois jovens que, nesse período, perceberam e sentiram a necessidade de construir uma história diferente daquela que, durante as décadas de 10 e de 20, estava diretamente direcionada ou influenciada pela política, pelo Estado e pelas grandes relações de poder, não sobrando, assim, nenhuma oportunidade para a realização de outras pesquisas no campo das mentalidades, das estruturas e, até mesmo, da cultura.

Ao afirmar que a história é filha do seu tempo, Febvre fazia um apelo aos historiadores para que eles pudessem repensar as suas maneiras de fazerem história, e,

ainda, quis fazer valer, ou mesmo, demonstrar que, em cada época, eram apresentados novos desafios, por isso, a necessidade de novos instrumentos de leitura e de compreensão, pois, os historiadores têm um compromisso com a sua temporalidade.

É a partir dessas novas necessidades, impostas pelo mundo contemporâneo ocidental, que Lucien Febvre e Bloch realizaram uma ampliação no campo da pesquisa historiográfica, pelo menos, assim interpreta Burke:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma outra história, na expressão usada por Febvre era, portanto, menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas (1991, p. 07).

Essa perspectiva propôs pensar a história de forma distinta daquela tipicamente positivista, baseada na velha narrativa e, acima de tudo, a serviço do Estado na construção de mitos e heróis. Porém, a proposta de se fazer uma outra história é, também, poder, ao mesmo tempo, ampliar o olhar sobre o homem em sua pluralidade e não reduzi-lo, simplesmente, ao econômico ou, muito menos, ao social. E, assim, segue afirmando Burke (1991, p. 07):

Como Michelet, não se desprezava o subjetivo, a individualidade, como em Marx ou em outros historiadores que assentavam suas análises no econômico e no social; não se esquecia de que as estruturas sempre têm algo a dizer a respeito do comportamento do homem; e como Burckhardt, afirmava-se que o homem não se combinava a um corpo a ser mantido, mas também um espírito que criava e sentia diferentemente, em situações diferenciadas.

A Escola dos Annales aponta, no sentido de realizar uma história das possibilidades, uma espécie de diálogo com outras áreas de conhecimento, alargando, cada vez mais, a amplitude da pesquisa em história, promovendo, dessa forma, uma maior integralidade, ou mesmo um cruzamento, entre as distintas disciplinas, dentro de uma prática interdisciplinar.

Um dos principais trabalhos no campo da chamada Escola dos Annales foi de autoria de Marc Bloch, intitulada: *Les Rois Thaumaturges*. No entanto, Bloch resolveu fazer uma história com uma característica de longa-duração e, ao mesmo tempo, pesquisou o ritual do toque que não apenas sobreviveu no século XVII, como a quantidade de toques fora bem maior do que os predecessores de Luís XIV. Mas, a obra tinha como principal objetivo atender a um estudo no campo da psicologia religiosa. Nesse caso, o centro das análises era a história dos milagres que, por sua vez, estavam diretamente relacionados com as ilusões coletivas, um tópico deveras distinto das questões suscitadas no período anterior aos Annales. Analisando essa maneira de abordagem, Burke (1991, p. 29) afirma:

Esse tipo de discussão sobre a psicologia da crença não era algo que se podia esperar de um estudo histórico nos anos 20. Era um tema para psicólogos, sociólogos ou antropólogos. (...) Embora Bloch não se utilizasse freqüentemente do termo, seu livro foi uma obra pioneira para o que hoje designamos de história” das mentalidades“. Pode também ser descrito como um ensaio de sociologia histórica, ou antropologia histórica, por focalizar os sistemas de crença – e também de sociologia do conhecimento.

Compartilhando da perspectiva de Bloch, Lucien Febvre resolveu tratar a Reforma a partir da discussão no campo do social, distanciando-se da tradicional versão, que tinha como causa os abusos institucionais. Porém, Febvre apontava para outra direção, ou seja, compreendia que a ascensão da burguesia trouxera a necessidade de uma religião racional e, por sua vez, fraternal. O modo que cada historiador deverá se comportar diante do objeto a ser pesquisado mudou, categoricamente, a relação entre o objeto e o sujeito na pesquisa.

Embora “A História Nova” (1929 – 1989) conheça três gerações – a de Febvre e Bloch, a de Fernand Braudel e a de Duby, Le Goff e Le Roy Ladurie – nos detemos a algumas especificidades da Escola para obtermos a noção de mudança do paradigma positivista para um paradigma totalizante, como é o da História Nova.

O que segue a essa abordagem é a mudança sobre o método do fazer historiográfico, segundo Le Goff (2001,p.28):

Nesse campo renovado, uma ciência ocupa uma posição original: a história. Há uma história nova, e um de seus pioneiros, Henri Berr, já empregava o termo em 1930. A história deve esse lugar original a duas características essenciais: sua renovação integral e o arraigamento de sua mutação em tradições antigas e sólidas. Muitas ciências modernizaram-se num setor particular de seu domínio, sem que por isso todo o seu campo fosse modificado.

A preocupação central, no que diz respeito ao método, está diretamente relacionada à sua amplitude na pesquisa, sem, com isso, torná-lo um objeto de pura exclusividade de uma única concepção metodologia, como, logo em seguida, Cambi (1999, p. 27) é enfático ao relatar que:

Doravante, estamos longe da prática do historicismo à maneira de Croce e de Gramsci, que se desenvolvia em torno de um modelo; ao contrário, reconhecemo-nos num tipo de trabalho histórico que se desenvolve em muitas histórias e segundo muitos métodos, desde a "história estrutural", econômica, social, "das mentalidades", até a dos eventos, a local, a oral-vivida, a psico-histórica, a etno-histórica, a história do cotidiano etc.: são todos âmbitos diferentes de pesquisa que reclamam métodos *ad hoc* e uma reflexão metodológica que exalte suas autonomias e sua variedade, além das intersecções e convergências na "história total". A historiografia atual perdeu, portanto, a certeza do método, assumindo a *dos* métodos e dando vida a uma intensa dialética metodológica, a que se remetem os historiadores mais atentos dos últimos decênios, de Braudel a Ariès, de Stone a Le Goff, de Duby a Vilar, de Veyne a Koselleck. A História se fez pluralista e implicou uma transformação dos métodos que pusesse em relevo seu complexo jogo recíproco, feito de autonomia e de integração, e sua gestão reflexiva (metametodológica: reflexão em torno dos métodos, do seu estatuto, da sua função, da sua riqueza e variedade).

Talvez seja uma das maiores preocupações, pelo menos, no que diz respeito ao modelo historicista apontado por Cambi, não apenas à maneira de Croce e de Gramsci, mas, sobretudo a perspectiva teórica que acreditava, ou defendia, a história como um saber exclusivo de alguns escolhidos (elitismo) e, ainda, concebia o tempo em seu sentido linear em busca do futuro. Mesmo assim, faz-se necessário distinguir o que poderíamos identificar como duas fases do historicismo, onde a primeira possuía um

viés totalmente conservador e, acima de tudo, tinha o poder de justificar as instituições mais conservadoras, durante o século XIX. No entanto, vamos conhecer, a partir de Dilthey, um deslocamento importantíssimo para o saber das ciências sociais, principalmente, quando o conceito de compreensão será utilizado por parte das ciências do espírito. Segundo Lowy (1995, p. 74), baseado em Dilthey, a partir desse modelo teórico, as ciências sociais passaram a ser compreendidas da seguinte forma:

Dilthey chega à conclusão que as ciências sociais são produtos históricos e têm sua validade historicamente limitada. Suas verdades não são verdades absolutas como dois mais dois é igual a quatro. As verdades, os conhecimentos produzidos pelas ciências do espírito não são desse tipo, são verdades e conhecimentos historicamente relativos. E isso vale para o conjunto de produções culturais da sociedade.

Já Walter Benjamin compreendeu o papel do historicismo a partir de sua relação com a historiografia do poder, e essa, por sua vez, se apresentava entre o progresso e a ciência, em busca do futuro em um cortejo triunfal de uma história feita pelos vencedores, apenas, por um pequeno grupo, vista e ouvida através dos detentores do progresso.

Há um quadro de Paul Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruínas sobre ruínas (...). Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não mais fechá-las. Essa tempestade é o progresso.

Benjamin chama a atenção diante dessa possibilidade de mudança na forma de compreender a história e revela a existência de outra problemática fundamental para os estudos históricos, uma noção de ruptura com o tempo presente e homogêneo. É um mundo de transições, é o que afirmam os gurus da pós-modernidade. Seria um conceito na tentativa de problematizar o tempo moderno? Uma crítica seu caráter linear alicerçado no progresso? Ou mesmo uma outra forma de refletir a crise da

modernidade? Seria muita ingenuidade estabelecer um divisor de águas para delimitar o nascimento preciso do debate sobre a pós-modernidade. Mas, é possível identificar o mal estar pós-moderno, ou seja, seu desencantamento com a razão através das atrocidades gerada pela ciência moderna.

Com a sofisticação do processo de globalização que continua permutando a mimese pelo princípio de identidade e a natureza em lógica cartesiana, matematizando-a e formalizando-a para instituir uma racionalidade técnica e instrumental sobre todas as formas de subjetividade do sujeito moderno.

A partir do momento em que vamos constatar essa nova forma de racionalidade, cientificismo, e da fetichização da ciência no perfil do sujeito iluminista fica bastante evidenciado quando seguimos a caracterização feita por Hall (1999, p. 11), quando relata que:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou "idêntico" a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.

Esse estava centrado na autonomia do conhecimento, detentor de todo o saber e autoridade, conduzindo através de um discurso autêntico com base na saída da minoridade. No entanto, os defensores da pós-modernidade explicam que o mercado e a ciência da sociedade contemporânea impõem aos sujeitos, leituras e comportamentos distintos das épocas passadas e lançam novos desafios, pois, será nesse momento que encontramos a principal questão do debate sobre o discurso pós-moderno: esse mundo, aparentemente linear e contínuo, passa a ser compreendido a partir de um esteticismo, ou, até mesmo, fragmentado, por causa da própria condição que o delírio pós-moderno

impõe à sociedade atual. Mais interessante seria falarmos em fabricações das identidades que podem configurar precisamente o contexto vivido e que, segundo Hall,

“o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não só de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (1999, p. 12).

A característica dessa fase que constitui a crise da modernidade – denominada por outros teóricos como pós-modernidade – é a celebração em torno de uma verdade relacional e da sua constante ruptura com a sua própria tessitura social. Segundo Hall, encontramos-nos em perpétuas transformações no que diz respeito àquilo que representamos culturalmente:

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (1999, p. 13).

Segundo Giddens:

(...) nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, apud HALL, 1999, p. 13).

As leituras feitas sobre a tradição nos remetem a um tempo e, logo, a um espaço, pois, são referências básicas que constituem as formas e as representações dos sujeitos participarem do contexto social. Nesse ínterim, pós - tudo, o tempo linear foi sucumbido pela volatilidade das transações comerciais, das bolsas de valores, do capital mundial e pelo tempo da globalização “dita” total.

Mas, temos que prestar bastante atenção ao advento da pós- modernidade, e não, apenas, tratá-la como um acontecimento na esfera do imediatismo e da convivência, mas, buscá-la, a partir das naturalizações sobre as práticas em um movimento contínuo

e incessante de tudo aquilo que foi posto como verdade. O impacto sobre essas configurações tradicionais é percebido quando constatamos que as múltiplas áreas do planeta são discursivamente destituídas de suas fronteiras, o que acaba trazendo, cada vez mais, conseqüências e transformações imediatas para o corpo social. Dessa forma, constatamos que a modernidade vem apontou uma forma de sociabilidade para além das formas tradicionais como afirma, Giddens:

Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana (GIDDENS, apud, HALL, 1990, p. 16).

Essa análise feita por Giddens sobre os efeitos da modernidade ganha maior respaldo quando o mesmo processo desenvolve mais intensamente e revela os descaminhos que ela provocou nos vários setores da sociedade. Afinal, se fôssemos compreender a modernidade no sentido trans-histórico a partir dos pressupostos provenientes de Descartes até o Iluminismo constataríamos que essa perspectiva, que Giddens analisa, possui um caminho tenso, ou seja, consiste na exclusão, opressão e precarização da maioria que não consegue sobreviver com os efeitos de um mundo cada vez mais mediado pela fetichização da ciência e do capital e que deve ser compreendido do ponto de vista de um projeto “modernizador” da sociedade.

Na reflexão sobre o desencantamento da pós-modernidade encontramos outros teóricos que demonstram aspectos da modernidade distintos dos frankfurtianos que reforçam as questões delineadas no tocante ao distanciamento da realidade. É o caso de Harvey, citado por Hall, que defende a modernidade como um rompimento constante com o passado, “*um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente,*

mas como caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (1999, p. 16).

Tal concepção propõe desconstruir os dois principais pilares da modernidade: a regulação e a emancipação. Sendo assim, o discurso pós-moderno é literalmente de negação e não dialético no combate a qualquer perspectiva histórica. No entanto, o “pós” significa uma estratégia discursiva na desumanização do capitalismo.

A pós-modernidade defende um mundo de transições e cercado de uma infinidade de verdades, ainda mais quando discursivamente anuncia o fim das metanarrativas. Nesse sentido, os princípios que norteavam a modernidade, regulação e emancipação foram substituídos pela volatilidade e flexibilidade a partir do advento da globalização. Pois, tal condição psicossocial do sujeito na pós-moderna estaria, primeiramente, privatizando a subjetividade e em seguida, descartaria qualquer possibilidade de práxis na legitimação da sociabilidade no capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

_____. A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1996.

EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1994.

LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LÖWY, Michael. Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MATOS, Olgária C. F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1995.

MURICY, Kátia. Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

REIS, José Carlos. A História, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Ática, 1996.

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.